

**MARINHA DO BRASIL**  
**COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL**

**Nº 87000/2013-156/00**

Contrato celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL e a empresa EVOLUÇÃO ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA., para recuperação das fachadas do prédio destinado a Próprios Nacionais Residenciais localizado na SQS-202, Blocos "A" no Plano Piloto, em Brasília-DF, conforme Projeto Básico nº 110-04/2012, Anexo A do Edital.

Em 30/12/2013, na sede do Comando do 7º Distrito Naval, CNPJ 00.394.502/0055-37, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Prédio Anexo, 2º andar, Brasília/DF, CEP 70055-900, doravante denominado MARINHA, esta e a empresa EVOLUÇÃO ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO LTDA., CNPJ nº 11.892.959/0001-03, sediada no SCN, Quadra 02, Bloco D, Entrada B, Sala 801, Parte A, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70712-904, Tel.: (61) 8116-2090, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, observando-se os dispositivos legais vigentes, que foi precedido da licitação nº 33/2012 modalidade Tomada de Preços.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis ao assunto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

O presente Contrato será vinculado às regras dispostas na Licitação nº 33/2012 (Tomada de Preços).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA**

A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Marinha (CJACM), conforme Parecer nº 06/2013/CJACM/CGU/AGU, nos termos do parágrafo único, art. 38, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

De acordo com as normas aprovadas pela Portaria nº 180/2001 do Comandante da Marinha, alterada pelas portarias nº 236/2002, nº 258/2003 e nº 111/2004, o Comandante do 7º Distrito Naval têm competência para assinar este contrato em nome da MARINHA. Por intermédio da Portaria nº 166/2010, o Comandante do 7º Distrito Naval subdelegou essa competência a Capitão de Fragata (T) – SÉRGIO ALEXANDRE C. DE LIMA CASTRO Ordenador de Despesa deste Comando, CPF nº 789.243,677-49.

De acordo com o Contrato Social apresentado(a), o Sr. PAULO HENRIQUE MAZONI, CPF nº 988.537.751-49, tem competência para assinar este contrato em nome da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO OBJETO**

Obriga-se a CONTRATADA a execução da recuperação, das fachadas do prédio destinado a Próprios Nacionais Residenciais localizados na SQS-202, Blocos “A” no Plano Piloto, em Brasília-DF, conforme Projeto Básico nº 110-03/2013, Anexo A do Edital.

A proposta da Contratada, sob forma de anexo, passa a fazer parte deste Contrato, como se nele estivesse transcrito.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

Obriga-se a Contratada a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES**

Ficam estabelecidos os seguintes direitos e responsabilidades, além daqueles constantes no item 6.0 do projeto Básico:

#### **I – Da Contratada:**

- a) executar o serviço conforme todas as disposições do Projeto Básico nº 110-03/2013 Anexo A da Tomada de Preços nº 33/2012 observadas as normas da ABNT pertinentes;
- b) arcar com todos os encargos sociais decorrentes da execução dos serviços;
- c) manter vínculo empregatício com os empregados designados para a execução dos serviços, não havendo, assim, para todos os efeitos legais, nenhum vínculo empregatício com a Marinha do Brasil;
- d) é da inteira responsabilidade da CONTRATADA os acidentes de trabalho de que possam vir a ser vítimas os empregados quando da execução dos serviços, e o cumprimento das Leis Trabalhistas e Sociais, inclusive férias, aviso prévio, indenizações etc.;
- e) transporte e alimentação dos funcionários ao local da execução dos serviços.
- f) adotar todas as providências junto aos órgãos públicos, cumpridos quaisquer formalidades e sanções exigidas, desde que digam respeito ao serviço;
- g) elaborar os detalhes executivos que se fizerem necessários aos serviços, devendo esses serem submetidos à prévia aprovação da Fiscalização;
- h) observar, no que concerne à Higiene e Segurança do Trabalho, as normas e disposições legais em vigor;
- i) todos os funcionários deverão, obrigatoriamente, portar uniforme (camisa/blusão) onde esteja estampada identificação da empresa durante o horário de trabalho e crachá de identificação emitido pela CONTRATADA;
- j) fornecer e manter atualizadas, junto à Fiscalização, as seguintes informações sobre os empregados: nome completo, data e local de nascimento, filiação, endereço atual, número da Carteira de Identidade e Órgão Expedidor e número do CPF;



- k) retirar imediatamente da obra qualquer empregado que, a critério da Fiscalização demonstre incapacidade técnica ou conduta não condizente com o ambiente de trabalho;
- l) é vetada a sub-empregada global dos serviços;
- m) os serviços a cargo de firmas subcontratadas serão articulados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços. Perante a FISCALIZAÇÃO, toda a responsabilidade da execução dos serviços, inclusive quanto às subcontratadas, é da CONTRATADA;
- n) a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes da realização dos trabalhos;
- o) os locais onde forem realizados serviços deverão ser entregues totalmente limpos, e com todos os serviços totalmente acabados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VERBA**

Foram alocados ao presente Contrato Recursos Financeiros consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação a seguir discriminada: Ação Interna: X25007001A9, PTRES: 067268, Elemento de Despesa: 339039.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO**

O preço total deste Contrato é de R\$ 1.229.821,72 (um milhão duzentos e vinte e nove mil oitocentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO**

O preço deste Contrato é fixo, não sujeito a reajustamento, exceto nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados através de depósitos bancários, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da fatura pela CONTRATADA, devidamente certificados por fiscal credenciado, conforme a Cláusula Décima Segunda.

##### **Subcláusula Primeira**

Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, a MARINHA efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a CONTRATADA prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido.

##### **Subcláusula Segunda**

Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a CONTRATADA deverá informar no documento de cobrança o nome e o número do banco, da agência e da conta-corrente.

##### **Subcláusula Terceira**

Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema da seguridade social mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e o FGTS. Se a Contratada estiver habilitada no CADASTRO GERAL a verificação será efetuada através de consulta ON-LINE no SICAF. Será verificado também se a CONTRATADA está relacionada no Cadastro de Inadimplentes do Governo (CADIN), o que também poderá acarretar na suspensão do pagamento, até a regularização da situação.

**Subcláusula Quarta**

Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de ordem bancária, conforme disposto na subcláusula terceira desta cláusula, a CONTRATADA está proibida de emitir duplicatas comerciais em função deste Contrato.

A emissão desse título de crédito, ou de qualquer outro, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar um ilícito grave, equiparável à emissão das “duplicatas simuladas”, demandará o sancionamento da CONTRATADA, com aplicação de uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei nº 8.666/1993, por ter incorrido na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quinta**

Ultrapassado o prazo estipulado na Cláusula Décima - Primeira para pagamento, por culpa exclusiva deste Comando, haverá atualização financeira “pró-rata” dia a partir da data do vencimento, até a data do efetivo pagamento sendo os juros de mora calculados à taxa de 6% ao ano, adotando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do Contrato será exercida pelo Departamento de Engenharia do Comando do 7º Distrito Naval e obedecerá o contido neste edital e no Projeto Básico (Anexo A do Edital) e terá plenos poderes para:

- a) inspecionar o serviço e ordenar a sua suspensão ou correção, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, em caso de defeito essencial em serviço executado ou material utilizado;
- b) recusar serviços e materiais em desacordo com o objeto;
- c) promover as medidas que couberem para os casos amparados pela Cláusula Décima Quinta e Décima Sétima deste Contrato; e
- d) exigir da CONTRATADA a correção imediata de qualquer dos prepostos desta que embarquem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pela MARINHA capazes para o fim desejado, independentemente de justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogado.



O prazo para execução do objeto deste contrato será de 150 (cento e cinquenta ) dias corridos.

A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo. O prazo de garantia estabelecido para os materiais será de acordo com o fabricante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DO CONTRATO**

Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos, foi entregue pela CONTRATADA, no ato da assinatura do presente Acordo, o(a) \_\_\_\_\_, apólice nº \_\_\_\_\_ do(a) \_\_\_\_\_, no valor de R\$ 61.491,08 (sessenta e um mil quatrocentos e noventa e um reais e oito centavos).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES**

A CONTRATADA, garantida a prévia defesa, poderá incorrer nas seguintes penalidades, pela inexecução do presente Acordo:

a) advertência;

b) multa de:

b.1) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado, no caso de atraso injustificado na prestação dos serviços, medidos pela ausência de prestador(es) ou falta do(s) material(is) cabível(is) a **CONTRATADA**, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação da prestação dos serviços, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) 10,0 % (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e

b.3) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Marinha do Brasil do Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A competência para a aplicação desta penalidade é do Ministro da Defesa.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

A penalidade indicada na alínea e é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, sendo facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

#### **Subcláusula Primeira**

As multas impostas à Contratada, garantida a prévia defesa, serão descontadas dos pagamentos devidos ou, quando necessário, cobradas judicialmente.

#### **Subcláusula Segunda**

A aplicação da penalidade "multa" não impede que a Marinha rescinda unilateralmente o Contrato e venha aplicar, cumulativamente as sanções previstas nas alíneas d e e desta Cláusula.

**Subcláusula Terceira**

As sanções previstas nas alíneas a, d, e e poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo.

**Subcláusula Quarta**

A Contratada, uma vez notificada que incorreu em penalidade, terá o direito de recorrer nos casos das alíneas a, b, c, d, e e através da autoridade que lhe aplicou a penalidade, à autoridade hierarquicamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do momento que tomou ciência da penalidade imposta. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ou então, ainda neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que deverá proferir a decisão no prazo 5 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

**Subcláusula Quinta**

As penalidades estabelecidas neste Contrato serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de não aplicação de penalidades, o inadimplemento decorrente de:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no § único do art. 393 da Lei nº 10.406, de 10JAN2002 (Código Civil Brasileiro).

**Subcláusula Primeira**

Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante a Marinha.

**Subcláusula Segunda**

Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à Marinha, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

Constituem motivos para a MARINHA rescindir o presente Acordo, independentemente de procedimento judicial:

- a) não cumprimento de Cláusulas contratuais ou prazos constantes deste acordo;
- b) cumprimento irregular de Cláusulas contratuais ou prazos constantes deste acordo;
- c) atraso injustificado do início da execução do objeto deste acordo;



- d) paralisação da execução do objeto deste acordo, sem a justa causa e prévia comunicação à MARINHA;
- e) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato;
- f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) cometimento reiterado de faltas na execução deste Acordo, anotadas na forma do § 1º, art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- h) decretação de falência;
- i) dissolução da sociedade;
- j) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da MARINHA, prejudique a execução deste Acordo;
- k) quando houver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Comandante da Marinha e exaradas no processo administrativo a que se refere ao Contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou de força a maior, regularmente comprovado, impeditiva da execução do Contrato.

**Subcláusula Primeira**

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Subcláusula Segunda**

Fica assegurado à Contratada, no caso de rescisão do presente Acordo por ato unilateral da MARINHA, nas hipóteses previstas nesta Cláusula, o mesmo prazo estabelecido para recurso na Subcláusula Quarta da Cláusula Décima Quinta.

**Subcláusula Terceira**

Salvo a ocorrência dos fatos citados nas alíneas k e l, a rescisão do Acordo acarretará o levantamento da garantia em favor da MARINHA.

**Subcláusula Quarta**

Se o presente Acordo for rescindido, o Termo de Rescisão deverá discriminar:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados ou ainda devidos; e
- c) indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para resolver as divergências entre as partes, oriundas da execução do presente Acordo, fica eleito o FORO da Justiça Federal da cidade de Brasília, DF.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CÓPIAS**

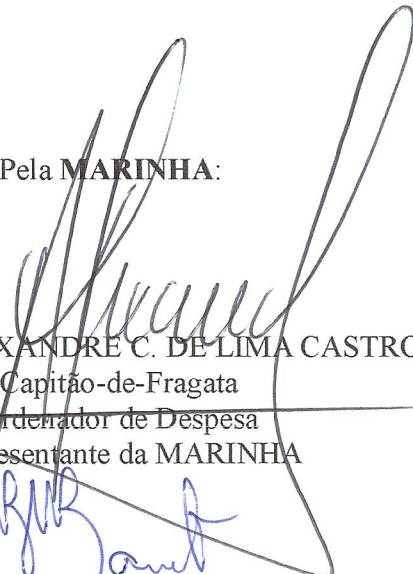
O presente acordo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo extraídas as seguintes cópias:

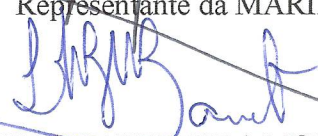
- a) uma para a MARINHA; e
- b) uma em extrato para publicação no DOU.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos os atos presentes.

Brasília, DF, em 30 de dezembro de 2013.

Pela **MARINHA**:

  
SÉRGIO ALEXANDRE C. DE LIMA CASTRO  
Capitão-de-Fragata  
Ordenador de Despesa  
Representante da MARINHA

  
LUIZ HENRIQUE BEZERRA MOURA BARRETO  
Primeiro-Tenente (RM2-EN)  
Fiscal do Contrato  
Testemunha

Pela **CONTRATADA**:

  
PAULO HENRIQUE MAZONI  
Representante da CONTRATADA

  
MIRIAM APARECIDA SILVA ALVES  
CPF nº 045.239.526-71  
Testemunha